



## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2019 - Nº 17/2019 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos vinte dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezanove, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a presença dos Senhores Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes e Alzira Agostinho, em substituição de António da Conceição Moreira. Secretariou a reunião Carla Sofia Gonçalves Martins Borba, Dirigente da Unidade Orgânica de Administração Geral, Apoio Jurídico e Recursos Humanos, da Câmara Municipal de Alpiarça.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

**Ponto 01** – Licença Especial de Ruído, com início às 21,00 h do dia 13/09/2019 e termo às 02,00 h do dia 14/09/2019, para realização do evento “Karaoke e atuação musical”, a realizar no Parque de estacionamento do Centro de Saúde, em Alpiarça.

Solicita isenção de Taxas.

Requerente: Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alpiarça

**Para Ratificação:**

**Ponto 02** – Licença Especial de Ruído, com início às 21,00 h do dia 14/09/2019 e termo às 02,00 h do dia 15/09/2019, para realização do evento “Atuação musical e Baile”, a realizar no Parque de estacionamento do Centro de Saúde, em Alpiarça.

Solicita isenção de Taxas.

Requerente: Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alpiarça



**Para Ratificação:**

**Ponto 03** – Relatório Semestral sobre Situação Económica e Financeira – 1º Semestre de 2019.

Município de Alpiarça

**Para Conhecimento:**

**Ponto 04** – Informação – Artigo 56º da Lei Nº 73/2013, de 3 de Setembro – Taxa de execução da Receita Prevista no Orçamento inferior a 85% em dois anos consecutivos – 2017 e 2018.

Município de Alpiarça

**Para Conhecimento:**

**Ponto 05** – Proposta - Rejeição das Competências Transferidas pelo Decreto – Lei n.º 116/2019 de 21 de Agosto.

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal

**Para Deliberação:**

**ABERTURA DA REUNIÃO**

A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e vinte minutos, que cumprimentou todos os presentes e distribuiu de seguida o resumo diário de tesouraria referente ao dia dezanove de Setembro de dois mil e dezanove, com um total de disponibilidades de 624.719,13 Euros (seiscentos e vinte e quatro mil, setecentos e dezanove euros e treze cêntimos).

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

Vereadora Sónia Sanfona

Cumprimentou os presentes e colocou algumas questões. Relativamente à Estação dos Correios solicitou um ponto de situação sobre este assunto, considerando que foi publicamente noticiado



que as estações dos correios que estavam em sedes de concelho e que tinham sido encerradas, iriam reabrir, havendo para isso a disponibilidade e o compromisso dos CTT, o que já estaria a acontecer nalguns concelhos. Sobre o novo ano letivo disse que foi publicamente noticiado que o Agrupamento de Escolas de José Relvas seria uma das que iria adotar um projeto inovador. Entende que este plano não foi suficientemente explicado por via das notícias da comunicação social, sabendo-se apenas que o ano letivo iria ser dividido em semestres e não em períodos, para além de que seriam criadas mais algumas disciplinas, sem que se percebesse quais. Perguntou se a Câmara, uma vez que faz parte do Conselho Geral, de algum modo se inteirou deste plano inovador, se o conhece e se considera que constitui vantagem para os jovens do concelho o facto da escola ter aderido a este projeto. Ainda relacionado com estas questões, referiu-se à atribuição das bolsas de estudo para o ensino superior, deixando para reflexão uma proposta de alteração ao regulamento de Atribuição das Bolsas ou um novo modelo de atribuição das mesmas. Mencionou que é importante continuar a existir um critério que tenha a ver com a situação sócio-económica dos agregados familiares, mas entende que se podia ir mais longe, incentivando os alunos que, não sendo carenciados economicamente e que conseguem obter resultados suficientes para ingressarem em cursos do ensino superior, pudessem de alguma forma usufruir de uma recompensa monetária por parte da Câmara Municipal, mantendo assim uma ligação ao Município, que espera deles um regresso ao Concelho, quando profissionais já formados. Comentou uma entrevista do Presidente da Câmara a um jornal, que entre outros assunto se referiu à reabilitação do antigo edifício dos Paços do Concelho. Entendeu que não havia margem relativamente a fundos comunitários e que havia dificuldades de enquadramento em termos de candidaturas, para a reabilitação do edifício, percebeu que, renegociados os fundos comunitários, se abriu uma janela de oportunidade, que gostaria de saber se era suficiente. Recordou ainda que o Presidente afirmou nessa mesma entrevista que só faz sentido que se olhe para a reabilitação daquele edifício depois da saída da GNR, no que tem tendência a concordar. Perguntou pelo desenvolvimento do projeto do quartel da GNR, sabendo no entanto que se trata de uma obra da administração central, de modo a perceber qual a viabilidade de uma intervenção na reabilitação do edifício dos antigos Paços do Concelho. Acrescentou que em tempos o edifício estaria destinado a um centro de incubadora de empresas e mais tarde a um centro cultural, tendo alguma dificuldade de perceber este conceito, dado que o edifício não reúne condições para isso,



observando por exemplo, que este não tem um auditório. Disse ainda que, ao longo do tempo e em campanha eleitoral, tinha sugerido que naquele espaço se fizesse um centro interpretativo da história de Alpiarça. Reiterou que este centro interpretativo se justifica há muito tempo pelo facto de não existir ainda um museu etnográfico, nem a preservação da memória histórica mais recente de Alpiarça, desde a implantação da República, onde o Concelho tem uma participação muito vincada, passando pela resistência anti-fascista, dos quais ainda restam memórias de pessoas e de documentos históricos, únicos, que mereciam estar organizados e disponíveis para quem nos visita. Deu nota que, relativamente aos balneários do Estádio Municipal, esta questão já foi várias vezes colocada em reunião de Câmara, nunca o Município tendo respondido com qualquer prazo ou meta e o que é certo é que as obras ainda não aconteceram, pelo que pede um ponto de situação sobre este assunto. Falou de seguida sobre o comércio local, dizendo que todas as forças políticas inscreveram nos seus programas eleitorais medidas de apoio a esta área, para o seu desenvolvimento. Referiu que vamos ter a instalação de uma média superfície no concelho, reconhecendo os benefícios para a população e para o próprio concelho, mas também conhece as dificuldades do comércio local e perguntou se há alguma coisa pensada em termos de apoios e incentivos ao desenvolvimento da atividade comercial. Deu nota também que todas as forças políticas que se candidataram às eleições autárquicas inscreveram nos seus programas eleitorais uma aposta forte no turismo, na criação de uma estratégia municipal que visasse a promoção turística do concelho. Mencionou que viu a visita que o Presidente fez com os professores às estações arqueológicas e pretende saber porque razão as estações arqueológicas, a par de outros patrimónios, não estão já integradas num roteiro turístico. Observou ainda que, quando se fala de turismo, para além do grande projeto da Barragem dos Patudos, fala-se pontualmente nas questões da gastronomia, nas zonas ribeirinhas como a vala, no turismo de natureza, no Paul da Goux, mas entende que tudo é visto de uma forma desintegrada e deve ser visto como um projeto integrado de promoção do turismo do concelho.

Presidente da Câmara

Começou por abordar a questão dos CTT, informando que no dia três de Setembro o Executivo reuniu com a Administração da empresa, na qual estiveram presentes o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara e a Presidente da Junta de Freguesia, para se procurar perceber qual o



cronograma previsto para a anunciada reabertura de estações dos CTT, demonstrando uma inflexão na estratégia da empresa. Entende o Presidente que este facto foi motivado pela reação das autarquias e das populações, nos locais onde se verificaram encerramentos de estações dos Correios. Considerou ainda que o argumento usado desde a primeira hora, talvez tenha sido o que mais pesou em termos políticos, para tomadas de posição do próprio Primeiro Ministro e pelo Presidente da Republica, relativamente ao encerramento de estações de correios. Posições estas também em relação à Caixa Geral de Depósitos , de eventual fecho de balcões. Sublinhou que o Presidente do Conselho de Administração da ANACOM teve um papel decisivo na pressão sobre a administração dos CTT, muito com base no princípio que o Município defende. Deu nota que na reunião foi dito que nos concelhos onde tinha fechado a única estação de correios, estas serão para reabrir, sendo que, até ao final do ano irão reabrir duas ou três estações. Transmitiu ainda que durante o mês de Janeiro do próximo ano, a Câmara vai reunir novamente com os CTT, reunião esta onde estes irão apresentar um cronograma para a reabertura da estação de Alpiarça. O Presidente deu nota que o local prioritário para a reabertura seria o local onde historicamente funcionaram durante muitos anos os correios, se tal não fosse possível a Câmara apontaria dois espaços, um na Praça do Município, outro no GAMT, na Praça José Pinhão. Em relação ao novo ano letivo disse que efetivamente a Escola apresentou um projeto inovador no âmbito da autonomia e flexibilidade da gestão, algo que já vinha a ser preparado há algum tempo através de grupos de trabalho. Informou que este plano foi aprovado no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas, havendo uma grande vontade de se avançar para este processo e não foi possível por parte do Município fazer uma análise detalhada do mesmo. Acrescentou que tem conhecimento do projeto em traços gerais e que agora a autarquia vai acompanhar de perto o seu desenvolvimento, nomeadamente em termos de organização dos períodos letivos, neste caso com a adoção dos dois semestres. Disse ainda que numa próxima reunião, no que compete à Câmara Municipal em termos de contributo na opção e estratégia para o futuro, poderá ser feita uma abordagem destas matérias, respeitando aquelas que são da exclusiva competência da Escola. Relativamente às Bolsas de Estudo deu conhecimento que brevemente serão abertas as candidaturas. Entende a proposta da Vereadora Sónia Sanfona, tendo também muitas dúvidas sobre a menor dependência da valorização económica e maior valorização dos resultados. Recordou que quando foram instituídas estas bolsas de estudo, a lógica que se tem mantido neste período tem a ver com a ideia



de suportar uma parte do custo dos estudos, tendo em conta a situação económico-financeira das famílias, contribuindo naquilo que é possível à autarquia e para lá do que lhe compete, de forma a que o aluno possa seguir estudos universitários. Realçou que, se parte da verba atribuída vai para alunos que, para além da necessidade económica, tenham melhores resultados, essa mesma verba não estará disponível para outras opções, considerando que os orçamentos não esticam. Sublinhou ainda que este é já o maior investimento, neste âmbito, de intervenção social do Município. Acrescentou que a Câmara Municipal, nos últimos nove, dez anos desde que foi instituída a bolsa de estudo, é superior a qualquer outro investimento semelhante, nos últimos trinta anos. Admite no entanto que a questão do regulamento é uma questão que se pode discutir e analisar. Em relação ao edifício onde está a GNR e da antiga Câmara Municipal e também dos balneários do estádio Municipal e à questão do turismo, disse que grande parte da indefinição que se coloca a quem gere parte desde logo, objetivamente, da situação financeira. Clarificou que uma coisa é a definição de estratégias numa situação relativamente favorável do ponto de vista financeiro, outra é quando isso não acontece. Recordou que, em relação ao edifício da GNR e da antiga Câmara, este andou sempre ligado ao elemento cultural. Sobre os fundos comunitários deu o exemplo do Mercado Municipal, onde se pretendia incluir no projeto a criação de espaços para um nicho de empresas, não se tendo podido fazer porque conflituava com o aviso de abertura no âmbito do PARU, que excluía essa área. Relativamente à reprogramação do quadro comunitário, no âmbito do PARU, a autarquia foi contemplada com uma verba que no rateio que está a ser feito, andará à volta dos trezentos mil euros de reforço para a regeneração urbana, valor este que fica muito aquém do necessário para a recuperação global do edifício da antiga Câmara. Informou que neste caso, a intenção será reforçar a intervenção que está a ser feita no mercado para, numa segunda fase recuperar as galerias do primeiro andar, dotando-as de novas condições e intervindo no espaço público envolvente, libertando desta forma o edifício da antiga Câmara para outra utilização. Reiterou a intenção de destinar este edifício ao âmbito cultural, com a possibilidade de aproveitamento dos calabouços onde a GNR, cumprindo ordens da Pide, encarcerou vários anti-fascistas de Alpiarça. Sublinhou que quando fala na área cultural, será mais como um centro de apoio à atividade associativa, mas que merecerá sempre outra discussão e avaliação. Recordou que a questão da história local foi pela primeira vez focada, de uma forma mais esmiuçada, num programa da CDU há quase vinte anos, em dois mil e um, que apontava para a criação de vários



núcleos museológicos no âmbito do vinho, da tradição agrícola do concelho, da etnografia e também da resistência ao estado novo e do período da República. Sobre o comércio local, quis deixar bem claro que o processo de instalação de uma média ou de uma grande superfície é, no quadro de intervenção das autarquias, praticamente imparável. Reconheceu que quanto maior for a pressão das grandes superfícies, maiores dificuldades terão os pequenos comerciantes. Considerou no entanto que estes impactos já são sentidos há muito tempo, lembrando que a instalação do Intermarché, da Maxi-loja em Alpiarça e de grandes superfícies em Almeirim ou em Santarém, também provocaram esses impactos. Disse ainda que tem havido a capacidade por parte da oferta instalada em Alpiarça, de atração e de captar consumidores de concelhos vizinhos. Informou também que já têm sido feitas algumas campanhas de sensibilização apelando para o comércio local e, para este ano, a autarquia está a preparar uma campanha de apoio a esta área, dentro do que é possível. Relativamente ao turismo, mencionou que o principal problema é o da existência de um produto estruturado que o Município não tem, como não têm outros concelhos. A vereadora Sónia Sanfona disse que outros não têm o património que Alpiarça tem.

O Presidente mencionou que é com base nesse património e nessas potencialidades que se tem vindo a trabalhar e que tem de se continuar. Sublinhou que não é de um ano para o outro que se estrutura e se consolida um produto turístico, com um retorno considerável. Realçou que, em conjunto com a Entidade Regional de Turismo, tem-se procurado estruturar a oferta, embora desagregada, promovendo a Casa dos Patudos, a Barragem, a Reserva do Cavalo Sorraia, o Paul da Goux, a Vala de Alpiarça, o Tejo, etc.. Destacou também a gastronomia e os vinhos bem como o turismo rural e o turismo de habitação, havendo Casas Agrícolas a trabalhar e a oferecer este produto turístico.

O Vereador Carlos Jorge Pereira destacou a empresa de turismo ATJuditetur, que tem promovido algumas ações, quer nas vindimas e no Festival do Melão com caminhadas, quer com jantares temáticos na Casa dos Patudos, numa estreita colaboração com a autarquia.

A Vereadora Sónia Sanfona reiterou que o que apresentou foi a estruturação daquilo que é o produto que se quer colocar para o exterior, não tendo dúvidas que, em vários setores do turismo em concreto, seja na área do turismo de natureza, seja nos vinhos, seja na gastronomia, há várias entidades privadas que têm crescido, estando motivadas e sentindo que existe produto para vender, cabendo ao Município fazer esse enquadramento e chegar mais longe.



O Presidente reitera que a Câmara não pode definir um modelo completamente desligado da realidade, que depois não funcione. Deu exemplos de algumas unidades turísticas que estão a trabalhar bem no Concelho, como a Quinta da Lagoalva de Cima, a AtJuditetur e a Quinta da Atela, que vai abrir e criar mais ofertas durante o corrente mês, na área do turismo rural e de natureza. Em relação às estações arqueológicas, disse que para estruturar este produto, tem de haver uma disponibilidade de recursos humanos e financeiros, esclarecendo que estas não têm um espólio que seja observável e visitável só por si, necessitando de uma rede de especialistas em arqueologia que possam explicar o que ali existe, papel este que tem sido desempenhado pelo Dr. Nuno Prates, Conservador da Casa dos Patudos.

Vereador João Pedro Arraiolos

Cumprimentou os presentes e respondeu à questão dos balneários. Transmitiu que de imediato o que se pretende é avançar para a demolição dos edifícios, não estando ainda criadas todas as condições para se avançar para as obras, o que deseja mais que ninguém, não só como responsável pelo desporto no Município, mas também porque está ligado como voluntário ao futebol do Águias de Alpiarça. Afirmou que se criaram algumas expectativas no início deste processo, que não foram ainda possíveis concretizar, estando-se a criar as condições para que possa avançar rapidamente. Acrescentou que, relativamente à proposta para atribuição das Bolsas de Estudo, o regulamento previsto está no âmbito do apoio social, não tendo a proposta enquadramento neste documento, que pretende criar apoio para aqueles que tenham menos possibilidades de aceder ao ensino superior.

Vereadora Sónia Sanfona

Subscreveu o que disse anteriormente o Vereador João Pedro Arraiolos, clarificando que quando fez uma proposta de metodologia de reconhecimento do mérito dos alunos, seria à margem do atual regulamento, reconhecendo que este tem um objetivo e está muito bem definido. Admitiu que quando referiu reconhecer ou premiar os alunos, isso não tem de ser necessariamente de uma forma monetária, poderá ser de outras formas, havendo várias para o fazer. Deu alguns exemplos representativos da sua proposta. Acrescentou que o município tem imóveis em Lisboa, que em tempos disponibilizou para alojamento de alunos de Alpiarça, com custos mais baixos. Perguntou





se ainda existem apartamentos dos legados que possam ter esse destino, facultando estadias a custos mais económicos. Relativamente ao comércio local, concordou com o Presidente no que diz respeito ao impacto das grandes superfícies, o que acontece também com os centros comerciais. Registou que o que tem acontecido nalguns concelhos é fomentar junto dos comerciantes do comércio local a possibilidade de se constituírem como Associação. Este facto pode trazer um conjunto de benefícios, quer de candidaturas, quer de isenções de taxas.

O Presidente recordou que a grande parte dos comerciantes do concelho estão associados na Associação Comercial de Santarém, que inclui vários concelhos.

A Vereadora continuou dizendo que, independentemente disso há municípios que têm associações de comerciantes próprias, dando o exemplo de Almeirim. Considerou que este facto permitiria que houvesse maior coesão entre eles e que se entre ajudassem, até com conhecimento do que são linhas de financiamento e noutros aspetos, como na possibilidade de isenção de taxas. Deu nota que não conhece o que foi inscrito no programa eleitoral da CDU em 2001, reconhecendo que a promoção do património cultural imaterial do concelho pudessem estar pensadas, mas sabe o que o programa eleitoral do PS tem sobre esta matéria, que aponta de uma forma explícita e concreta, para a criação de um espaço com vista à promoção do património histórico do concelho. Realçou que esta questão da estratégia é uma questão importantíssima, considerando que existem recursos escassos para gerir e, por isso, é preciso fazer escolhas e para se fazerem escolhas informadas tem de se saber quais são os objetivos. Afirmou que mantém a proposta para o edifício dos antigos Paços do Concelho, no sentido da criação de um espaço para a divulgação da história de Alpiarça, considerando até que o próprio edifício tem um pendor histórico importante. Acrescentou que se há entidades a quem o concelho tem disponibilizado instalações para desenvolverem as atividades, são as Associações. Reconhece o mérito destas, mas disse que nalguns casos, são muito subsidio-dependentes, acabando por viverem da implementação de programas que são sustentados quase e só pelos subsídios que o município atribui, situação que considera criticável. Refere-se a algumas associações em concreto, que vivem um pouco daquilo que são os subsídios da Câmara, que lhes permite fazer um programa muito limitado, não procurando outras fontes de financiamento. Reforçou que se há município onde tem sido feito um esforço para disponibilizar espaços e meios ao movimento associativo para se desenvolver, para crescer e para fazer a sua atividade, reconhece que tem sido o município de Alpiarça. Daí que entenda que não se justifica colocar mais um



espaço, que é um espaço que pode ter outros destinos, para ser ocupado apenas por associações. Sublinhou que a construção de um produto turístico também passa por aí, considerando que ter um centro interpretativo da história de Alpiarça é ter uma mostra de alguma coisa que mais ninguém tem, por ser única, sendo esta a diferenciação para os outros e um património interessante que atrai visitantes.

Presidente da Câmara

Considera que as diferenças e as perspetivas de abordagem não são, de modo nenhum, inconciliáveis. Realçou que são mais teóricas do que outra coisa e dependem do grau de empenhamento de resolução no terreno, sendo mais fácil para quem está na oposição aplicar uma visão mais teórica porque depois o confronto com a realidade impõe um rumo diferente do que se estava a perspetivar. Esta não será contudo uma postura crítica em relação às oposições, até porque também já esteve na oposição. Disse ainda que, quando se fala de estratégias e referências, todos são partes integrantes de forças políticas que têm perspetivas que passam por modelos de sociedade, com um enquadramento que depois têm um reflexo prático na vida e na realidade. Fez uma referência ao quartel da GNR, com uma limitação que tem a ver com a sua própria estratégia para a presença no concelho e que, nos últimos anos tem variado, o que tem obrigado a Câmara de Alpiarça a ter um entendimento diferente para o futuro daquele edifício. Lembrou que de início o que se desejava era a construção de um novo quartel da GNR, mais tarde houve uma alteração de estratégia no sentido da recuperação do edifício da antiga Câmara e para a manutenção daquela força de segurança naquele local e, mais tarde, mudou novamente a estratégia para a construção de um novo quartel.

João Pedro Arraiolos

Respondeu à questão da utilização dos prédios da Câmara em Lisboa, dizendo que o prédio da Amadora está preenchido com arrendatários antigos, assim como o de Campo de Ourique, não tendo conhecimento de nenhum programa, que a Câmara tenha presentemente ou tenha tido no passado, para estudantes. O edifício da Avenida de Berna não tem condições estruturais para esse efeito.

O Presidente esclareceu que o arrendamento que foi feito neste ultimo edifício nunca foi feito



exclusivamente a estudantes, tendo sido possível que alguns tenham alugado apartamentos nas mesmas condições de qualquer outro inquilino. Disse ter tido conhecimento que o Conselho de Administração da Fundação José Relvas geriu alguns alugueres, mas não conhece em que termos.

**Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:**

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

**Ponto 01** – Licença Especial de Ruído, com início às 21,00 h do dia 13/09/2019 e termo às 02,00 h do dia 14/09/2019, para realização do evento “Karaoke e atuação musical”, a realizar no Parque de estacionamento do Centro de Saúde, em Alpiarça.

Solicita isenção de Taxas.

Requerente: Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alpiarça

**Para Ratificação:**

O Presidente esclareceu os termos do pedido de emissão de licença.

A emissão da licença foi ratificada por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS).

**Ponto 02** – Licença Especial de Ruído, com início às 21,00 h do dia 14/09/2019 e termo às 02,00 h do dia 15/09/2019, para realização do evento “Atuação musical e Baile”, a realizar no Parque de estacionamento do Centro de Saúde, em Alpiarça.

Solicita isenção de Taxas.

Requerente: Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alpiarça

**Para Ratificação:**

O Presidente esclareceu os termos do pedido de emissão de licença.

A emissão da licença foi ratificada por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS).

**Ponto 03** – Relatório Semestral sobre Situação Económica e Financeira – 1º Semestre de 2019.



Município de Alpiarça

**Para Conhecimento:**

O Presidente esclareceu que o relatório é do Revisor Oficial de Contas do Município e foi também enviado ao Presidente da Assembleia Municipal, vindo à Câmara para conhecimento.

O Vereador João Pedro Arraiolos disse que o documento vem à reunião de Câmara para cumprir o disposto na alínea d) do artº 77º da Lei 73/2013, do regime financeiro das autarquias locais, que estabelece que seja prestada informação pelo Revisor Oficial de Contas aos órgãos executivos e deliberativos, semestralmente. O Vereador especificou alguns aspetos do relatório.

A Vereadora Alzira Agostinho colocou algumas dúvidas sobre o relatório, nomeadamente em relação às dívidas de curto prazo, despesas correntes e despesas de capital.

A Vereadora Sónia Sanfona colocou uma questão relacionada com o aumento das despesas com pessoal, outra sobre a rubrica de proveitos e ganhos extraordinários. Assinalou o aumento das dívidas a fornecedores de imobilizado e ao estado, mas sublinhou que o relatório revela, em termos gerais, uma melhoria da situação financeira do Município. Teceu ainda algumas considerações sobre as receitas do Município, nomeadamente sobre as receitas próprias e os impostos diretos e mais concretamente o IMI, referindo que estes deveriam reverter para a comunidade, na melhoria das condições de vida, reversão essa que, na sua opinião, não tem existido suficientemente. Disse ainda que isto é a evidência que seria possível conviver com uma taxa de IMI mais baixa, de forma a permitir aliviar as famílias.

O Vereador João Pedro Arraiolos respondeu às questões, começando por dizer que se ultrapassa o grau de liquidez aumentando esse rácio, sendo que cada vez haverá menos dificuldade de garantir o passivo de curto prazo, que é o que se tem feito. Esclareceu que toda a gestão efetuada tem sido no sentido de, com as regras que existem que em nada favorecem todo o processo desenvolvido ao longo dos anos e com as capacidades que o Município tem disponíveis, tem sido possível concretizar grande parte dos objetivos, um dos quais a autarquia deixar de estar em excesso de endividamento, o que permitiu criar condições para garantir o funcionamento normal do Município. Acrescentou que o elevado prazo médio de pagamento, tem a ver com um fornecedor em concreto que é a Ecoléziria, situação que está em processo de negociação que quando estiver concretizado, o prazo médio de pagamento da autarquia diminui bastante, para os setenta ou oitenta dias ou mesmo inferior a estes valores. Referiu ainda, em relação às receitas, que o peso



das receitas próprias é diminuto relativamente às receitas do estado, o que acontece com quase todos os Municípios, situação comum à grande maioria destes. Acrescentou que a a questão da receita de passivos financeiros tem a ver única e exclusivamente com a reestruturação da dívida. Terminado o período para esclarecimentos, a Câmara tomou conhecimento do Relatório Semestral sobre Situação Económica e Financeira – 1º Semestre de 2019.

**Ponto 04** – Informação – Artigo 56º da Lei Nº 73/2013, de 3 de Setembro – Taxa de execução da Receita Prevista no Orçamento inferior a 85% em dois anos consecutivos – 2017 e 2018.

Município de Alpiarça

**Para Conhecimento:**

O Vereador João Pedro Arraiolos esclarece que este ponto vem à Câmara para conhecimento, de acordo com o estipulado na Lei 73/2013.

A Vereadora Alzira Agostinho questionou se esta situação tem algumas consequências para o Município, tendo o Vereador João Pedro Arraiolos respondido que a lei não prevê, em concreto, quaisquer consequências.

A Câmara tomou conhecimento da Informação – Artigo 56º da Lei Nº 73/2013, de 3 de Setembro – Taxa de execução da Receita Prevista no Orçamento inferior a 85% em dois anos consecutivos – 2017 e 2018.

**Ponto 05** – Proposta - Rejeição das Competências Transferidas pelo Decreto – Lei n.º 116/2019 de 21 de Agosto.

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal

**Para Deliberação:**

O Presidente esclareceu que esta proposta é referente ao modelo de co-gestão das áreas protegidas, observando que este não tem uma aplicação prática ao concelho de Alpiarça.

A Vereadora Sónia Sanfona concordou que, qualificadas como tal, o Município não tem áreas protegidas mas perguntou se a co-gestão é assumida Município a Município com o estado ou com outros Municípios que têm áreas protegidas.

O Presidente entende que esta situação se abre à participação dos Municípios, cuja área territorial



está integrada em áreas protegidas.

A Vereadora Sónia Sanfona questionou se faz ou não sentido o Município, independentemente da assunção ou não destas competências, equacionar se tem ou não, eventualmente, áreas que mereciam o estatuto de áreas protegidas como é o caso do Paul da Gouxa e se valia a pena ponderar a possibilidade de desenvolver um procedimento que levasse à qualificação daquela área como área protegida.

O Presidente mencionou que no caso do Paul da Gouxa e de outras áreas que poderiam merecer a designação de área protegida, já o são efetivamente através da Reserva Ecológica, considerando que têm um conjunto de elementos de proteção associados. É seu entendimento que as áreas a que se refere o presente decreto-lei, aplica-se a conjuntos de maior dimensão e de grande importância ambiental, dando como exemplos o Parque da Peneda Gerês, da Serra da Estrela e mais proximamente o Paul do Boquilobo. Deixou em aberto a possibilidade de se fazer um levantamento sobre as vantagens e desvantagens de classificar alguma área no concelho, como protegida, havendo enquadramento.

O Presidente colocou de seguida a proposta à votação, tendo a Rejeição das Competências Transferidas pelo Decreto – Lei n.º 116/2019 de 21 de Agosto, sido a provada por maioria, com Três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS).

**Terminado o Período da Ordem do dia, o Presidente deu a palavra aos Municípios, dando início ao Período do Público.**

### **PERÍODO DO PÚBLICO**

Interveio o Engenheiro José Portugal, que entrou numa nova etapa da sua vida, para agradecer a este executivo, extensivo a todos os outros com que trabalhou ao longo de trinta e três anos e sete meses, toda a atenção e os bons momentos e os menos bons que passou nesta Câmara, desejando felicidades a todos.

O Presidente referiu que na última reunião, o executivo já teve oportunidade de desejar as maiores felicidades, nesta sua nova fase da vida e que possa, com saúde, na companhia da família e dos amigos gozar ao máximo esta nova faceta. Realçou ainda o facto do Engenheiro José Portugal, já depois de ter saído formalmente a sua aposentação, se ter disponibilizado para terminar um



conjunto de processos que tinha em mão, processos esses que está a concluir.

### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezassete horas e quarenta e nove minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.

E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.